



FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA ALTERNATIVO

DECLARAÇÃO - ISTAMBUL, 2009

Após o encontro na Cidade do México em 2006, um importante passo na luta do movimento global pelo direito à água, encontramos-nos em Istambul para protestar contra o 5.º Fórum Mundial da Água. Para que se deslegitime este falso e corporativista Fórum Mundial da Água e para dar voz a um justo movimento mundial da água!

Dado que estamos na Turquia, não podemos ignorar que este país é um exemplo dos impactos devastadores das políticas destruidoras da gestão da água. O governo turco tem impulsionado a privatização dos serviços de água, de bacias hidrográficas e tenciona fazê-lo também com todos os rios do país. Ilisu, Yusufeli, Munzur e Yortanlı são quatro exemplos destas barragens mercantis. Durante dez anos, as pessoas afectadas opuseram-se claramente a estas ideias, em particular, à barragem de Ilisu, que faz parte de um grande projecto de irrigação e produção de energia, conhecido como Projecto do Sudeste da Anatólia. A barragem de Ilisu - um dos projectos para barragem mais criticados a nível mundial - é particularmente preocupante dado que terá perigosas e destrutivas implicações na política internacional do Oriente Médio. A barragem está situada na região curda, onde existem relatos de violações dos direitos humanos, fruto da questão curda ainda não estar resolvida. O governo turco usa o Projecto do Sudeste da Anatólia para destruir a subsistência do povo curdo, suprimindo os seus direitos políticos e culturais.

Como movimento, estamos aqui para oferecer soluções para a crise da água, e exigir que a Assembleia-Geral da ONU organize o próximo Fórum Mundial da Água. A importante e valiosa participação de funcionários e representantes das Nações Unidas no nosso encontro é uma prova de que as coisas estão a mudar. Existe uma diferença concreta e simbólica da legitimidade entre o fórum oficial organizado pelos interesses privados e pelo Conselho Mundial da Água e o People's Water Forum, organizado pela

sociedade civil, incluindo, agricultores, povos indígenas, activistas, movimentos sociais, sindicatos, organizações não-governamentais e redes que lutam por todo o mundo, na defesa da água pública.

Exortamos as Nações Unidas a reconhecer a sua responsabilidade como único órgão legítimo para convocar fóruns multilaterais, para que publicamente se comprometa a convocar um Fórum da Água, vinculado às obrigações de Estado e responsável perante a comunidade global.

Exortamos todos os governos e as organizações que optaram por participar do 5.º Fórum Mundial, a fazer dele o último e a que juntos lancem um Fórum Mundial da Água resultante de um legítimo, responsável, transparente e democrático processo da ONU e apoiado pelos Estados.

Confirmando mais uma vez, a ilegitimidade do Fórum Mundial da Água, denunciamos a Declaração Ministerial por não reconhecer a água como um direito humano universal. Além disso, o projecto de resolução ignora o fracasso da privatização para garantir o acesso à água para todos e não tem em conta as propostas construtivas da Resolução do Parlamento Europeu. Finalmente, a declaração promove o uso da água para produzir energia a partir de hidroeléctricas e o aumento da produção de combustível a partir de culturas agrícolas, o que conduziria a uma maior desigualdade e injustiça.

Reafirmamos todos os princípios e compromissos expressos na Declaração da Cidade do México em 2006: defendermos a água como elemento básico para a vida no planeta, como um direito humano fundamental e inalienável, insistimos que a solidariedade entre as gerações presentes e futuras deve ser garantida; rejeitamos todas as formas de privatização e declaramos que a gestão da água deve ser pública, social, cooperativa, participativa, justa e não mercantil; chamamos de democrática e de uma gestão sustentável dos ecossistemas e preservação da integridade do ciclo da água através da protecção e controlo adequados de bacias hidrográficas e ambientais.

Somos contra o modelo económico e financeiro que prevê a privatização, mercantilização da água e serviços sanitários. Vamos combater esta destrutiva reforma no sector público, tendo já conhecido as consequências para as classes mais baixas, como resultado de práticas rígidas de recuperação de custos e da utilização de contadores pré-pagos. Desde 2006, no México, que o movimento mundial da água tem vindo a questionar e a desafiar o controlo corporativo da água com fins lucrativos. Algumas das nossas iniciativas já realizadas são: a recuperação dos serviços públicos que haviam sido privatizados; o fomento e execução de parcerias público-público, forçando a indústria de água engarrafada à perda de receitas; a realização conjunta e simultânea de actividades durante o Blue October e o Global Action Week. Congratulamo-nos com estas actividades, destacadas pelo reconhecimento do direito humano à água em várias Constituições e Leis.

Ao mesmo tempo, temos de abordar a crise económica e ecológica. Não pagaremos para a sua crise! Não vamos salvar este imperfeito e insustentável

modelo, esta inexplicável despesa privada que se transformou numa enorme dívida pública e que transforma a água em mercadoria.

A interdependência básica entre a água e as alterações climáticas é reconhecida pela comunidade científica e é sublinhada também pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Portanto, em primeiro lugar, não devemos aceitar respostas para o caos climático no sector da energia que sigam a mesma lógica que causou a crise. Esta é uma lógica que compromete a quantidade e a qualidade da água e da vida, assente na construção de barragens, centrais nucleares, e plantações de agro-combustíveis. Em Dezembro de 2009, vamos levar as nossas preocupações e propostas para a Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, em Copenhaga. Além disso, o modelo dominante de agricultura industrial intensiva contamina e destrói os recursos hídricos, empobrece os solos agrícolas e assola a soberania alimentar. Isto tem um enorme impacto sobre a vida e a saúde pública. A partir da profícua experiência do Fórum Social Mundial, realizado em Belém, estamos empenhados em fortalecer a aliança estratégica entre a água e os movimentos de terra, alimento e clima. Comprometemo-nos a continuar a construção de redes sociais e novas alianças que envolvam tanto as autoridades locais e deputados, que estão decididos a defender a água como um bem público e a reafirmar o direito à água potável para todos os seres humanos. Incentivamos ainda todos os utilizadores públicos de água a unirem-se e a criarem associações e redes, regionais e nacionais.

Celebramos as nossas conquistas e estamos ansiosos pela colaboração contínua entre países e continentes!